



Senado deve votar proposta contra crise penitenciária

Atualização da Lei de Execuções Penais está na pauta de amanhã do Plenário. Para resolver a superlotação nos presídios do país, o texto propõe, entre outras medidas, mutirões e liberação antecipada de presos

O projeto prevê que, em caso de lotação máxima, sejam feitos mutirões nos presídios para verificar os presos que podem ser soltos. Se, mesmo assim, a superlotação continuar, o texto permite

antecipar a liberação de detentos que estejam em final de pena.

A proposta, que ganhou regime de urgência, é uma resposta do Senado à crise penitenciária, evidenciada no início do ano, quando

mais de 130 presos morreram em chacinas e rebeliões no país.

Os senadores também podem votar nesta semana projeto que regulamenta o direito de greve no serviço público. **3**



Pedro Franco/Agência Senado

Waldemir Moka, Otto Alencar e João Aberto Souza, integrantes da comissão

Comissão pode analisar proibição de usar animal em teste de cosmético

Projeto que proíbe o uso de animais em pesquisa e testes laboratoriais de cosméticos, perfumes e

produtos de higiene pode ser votado na quarta-feira pela Comissão de Ciência e Tecnologia. **3**

Arquivo Senado Federal



Quando Eunice Michiles tornou-se senadora, em 1979, mulheres só podiam entrar no Plenário com saia ou vestido

Há 20 anos ato permitiu mulher de calça no Plenário

Em março de 1997, o então presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, assinou um ato que permitiu a entrada de mulheres usando calça comprida

nas dependências do Plenário. Uma decisão aparentemente simples mostra como é recente a participação das mulheres na vida política do país. **2**

Para 91% de internautas, trabalho em presídios deve ser obrigatório

Enquete do DataSenado mostra que internautas concordam com um projeto em análise que propõe

que todo preso trabalhe. Os participantes da pesquisa, porém, não aprovam aumento salarial. **4**

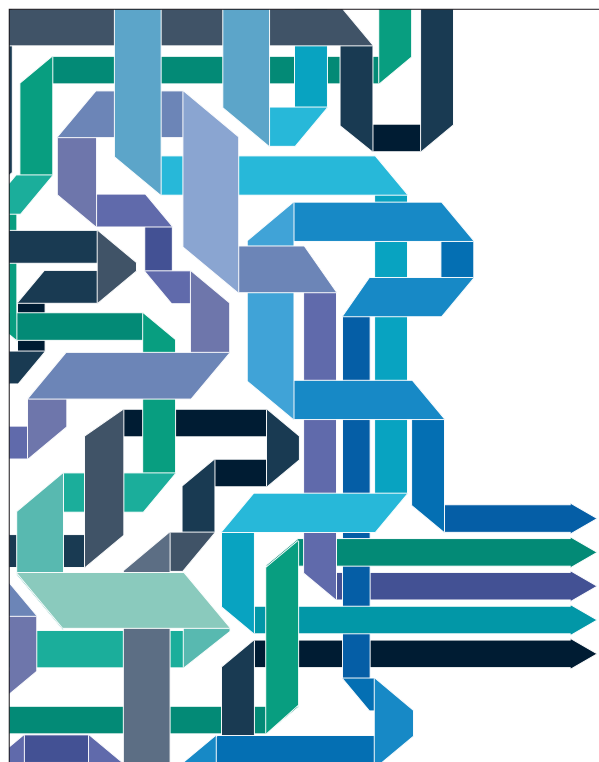


Oswaldo Afonso/Imprensa MG

Detentos aprendem a reformar orelhões em penitenciária de Minas Gerais

Audiência hoje sobre reforma trabalhista abre ciclo de debates **4**

Projeto facilita adoção ao flexibilizar idade do adotante **4**



Descomplicamos o orçamento público

Acesse www.senado.leg.br/sigabrasil e descubra a mais nova ferramenta do Siga Brasil, o SIGABRASIL Painéis.

Mais simplicidade e agilidade para quem deseja saber dados do orçamento federal.

SIGABRASIL
Painéis



O uso de calças compridas era proibido para mulheres, que só podiam entrar no Plenário de saia ou de vestido. Para senadoras, o desafio hoje é aumentar a participação das mulheres na política

Mulher de calça comprida no Plenário, só a partir de 1997

A PRIMEIRA VEZ que uma mulher teve permissão para usar calça comprida no Plenário do Senado foi há duas décadas. O uso do traje era proibido até 1997, quando um ato do então presidente da Casa, senador Antônio Carlos Magalhães (1927-2007), enfim permitiu a entrada e a permanência de mulheres com essa vestimenta. O uso também foi liberado nas salas das comissões, na sala do café dos senadores, na tribuna de honra e na bancada de imprensa.

Uma questão simples, mas que só foi resolvida há 20 anos, revela como é recente a participação das mulheres na vida política do país. Eunice Michiles, a primeira senadora eleita do Brasil, assumiu o cargo em 1979. Na época não havia nem mesmo um banheiro feminino no Plenário. Atualmente, a Casa tem 13 senadoras.

Ainda nos anos 70, quando trabalhava como jornalista, a hoje senadora Ana Amélia (PP-RS) se destacou como a primeira mulher comentarista de economia no Rio Grande do Sul. Ao viajar para cobrir a Festa da Uva, foi informada que não poderia entrar no evento de calça comprida. Como havia levado um vestido, voltou para o carro e trocou a roupa ali mesmo, dentro de um Fusca, protegida por um

policia militar.

— Sou uma pessoa muito prática. Entre contestar uma regra que não ia ser mudada naquela hora e fazer o meu serviço, eu preferi trabalhar. Essa regra seria mudada posteriormente, mas mesmo no jornal onde eu trabalhava em Porto Alegre era proibido entrar de calça comprida — relata.

No Senado, Ana Amélia é adepta dos elegantes conjuntos de calça social e blazer. Ela aponta o avanço mais rápido das mulheres nas carreiras de Estado, via concurso público, mas acredita que a maior participação na política é uma questão de mudança gradual da mentalidade.

— Os desgastes do processo político inibem as mulheres, mas chegamos em 2010 a ter uma presidente da República eleita pela primeira vez na história do Brasil. Então, eu acho que isso é um passo a passo.

Igualdade

A Procuradoria Especial da Mulher no Senado é presidida pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Para ela, os tempos da proibição da calça comprida ficaram para trás, mas demorou muito.

— A permissão tardia mostra o quanto a desigualdade de gênero foi e é naturalizada e precisa ser questionada, tanto nos

Poderes da República quanto em toda a sociedade. Cheguei à Câmara dos Deputados em 1998 e essa questão havia sido superada naquela Casa graças às precursoras da igualdade, como a deputada Ivete Vargas e as componentes da Bancada do Batom durante o período da Constituinte, quando havia apenas 25 deputadas e nenhuma senadora.

Para Vanessa, a existência da Procuradoria Especial da Mulher, ao debater os temas femininos, “é o melhor exemplo da conquista de um espaço que chame a atenção para essa e outras situações arbitrárias”.

O Senado também criou o Comitê pela Promoção de Igualdade de Gênero, que aderiu em 2012 ao Programa Pró-Equidade da Secretaria de Política para as Mulheres e ganhou dois selos de boas práticas.

Maria Terezinha Nunes, gestora do programa, avalia que a proibição da calça comprida fez parte de uma cultura mais rígida, que determinava a vestimenta considerada adequada para o homem e para a mulher.

— A mobilização feminina ao longo dos últimos anos permitiu que esses padrões culturais fossem rediscutidos. Entre as ações do comitê, está a garantia de igualdade na ocupação de cargos de destaque no Senado. Sem o problema da diferença salarial, o desafio é fazer com que as servidoras, que representam um terço dos ocupantes de função, também tenham acesso aos cargos mais altos.

— Às vezes você reproduz estereótipos sem sentir, como as mulheres não poderem se dedicar à vida profissional por causa da vida doméstica. Se a gente deixar ao sabor do tempo, demora demais para as coisas acontecerem. Os movimentos feministas foram um impulso maravilhoso para desnaturalizar padrões rígidos — afirma Maria Terezinha.

Paulo Rocha acusa governo de retrocessos sociais

Paulo Rocha (PT-PA) criticou o governo de Michel Temer pelo que chamou de retrocessos sociais e pela entrega do patrimônio do país ao capital internacional.



Paulo Rocha/Agência Senado

Os governos anteriores, disse, avançaram na distribuição de renda e na redução das desigualdades regionais, mas as reformas da Previdência e trabalhista põem em risco as conquistas do povo mais pobre.

Elmano elogia congresso de cidades do Piauí

Elmano Férrer (PMDB-PI) relatou em Plenário resultados do 1º Congresso das Cidades do Piauí, ocorrido em Teresina, entre 13 e 15 de março. Para o senador, o evento foi um “marco histórico na vida pública do estado”.



Waldemir Borges/Agência Senado

Elmano também registrou reunião, em Teresina, de entidades filantrópicas que prestam serviços na saúde pública. Ele ressaltou a importância dessas instituições.

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

CDH Reformas

9h Audiência pública sobre as reformas previdenciária e trabalhista.

PLENÁRIO Pronunciamentos

14h Sessão não deliberativa.

CDH CPI da Previdência

9h Audiência pública sobre as reformas previdenciária e trabalhista, com foco na CPI da Previdência.

CAE Crédito para santas casas

10h Reunião deliberativa com 16 itens. Entre eles, o PLS 744/2015, que cria linha de crédito especial para santas casas.

CE Plano de trabalho

11h Definição do plano de trabalho.

MP 755/2016 Fundo penitenciário

14h30 Audiência pública para discutir a MP, que dispõe sobre a transferência de recursos do Fundo Penitenciário.

MP 756/2016 Meio ambiente

14h30 Audiência pública para discutir a MP, que altera unidades de conservação ambiental no Pará.

MP 757/2016 Zona Franca de Manaus

14h30 Debate sobre a MP, que cria duas taxas em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus.

DESBUROCRATIZAÇÃO Calendário

15h A Comissão Mista da Desburocratização discute o plano de trabalho.

CCT Testes com animais

8h30 A comissão analisa projeto que proíbe o uso de animais em testes de produtos cosméticos.

CDR Políticas públicas

8h30 A comissão define o seu funcionamento e lançam publicação sobre as políticas públicas avaliadas em 2016.

CAS Ultrassonografia mamária

9h A comissão pode votar projeto que garante ultrassonografia mamária no SUS.

CDH Acessibilidade

11h Na pauta, projeto sobre acessibilidade no Programa Minha Casa, Minha Vida.

MP 756/2016 Mudanças ambientais

14h30 Debate sobre a MP que altera unidades de conservação ambiental no Pará.

MP 756/2016 Meio ambiente

9h30 Audiência sobre a MP que altera unidades de conservação ambiental no Pará.

PAUTA FEMININA Previdência Social

10h A Procuradoria da Mulher debate impactos da reforma da Previdência na vida das mulheres.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Roque de Sá/Agência Senado - 26/7/2003



Em 2003, seis anos após a liberação, as então senadoras Fátima Cleide, Ana Julia, Ideli Salvatti, Serys Silhessarenko e Heloisa Helena posam vestindo calças

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira

Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima

Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza

Primeiro-secretário: José Pimentel

Segundo-secretário: Gladson Cameli

Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares

Quarto-secretário: Zeze Perrella

Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez

Coordenadora-geral: Edna de Souza Carvalho

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria

Coordenador-geral: Sílvio Burre

Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Coordenador de Edição: Mikhail Lopes

Coordenação de Cobertura: Paola Lima

Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção

Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Texto, que deve ser votado amanhã em Plenário, propõe mutirão e até liberação antecipada de presos. Proposta é uma resposta do Senado à crise no sistema penitenciário

Na pauta, saída para superlotação em presídios

O PLENÁRIO PODE votar amanhã um projeto que traz uma solução para atenuar o problema da superlotação dos presídios. Elaborado por uma comissão especial de juristas, o texto atualiza a Lei de Execução Penal para fazer mutirões em presídios com lotação máxima e, em último caso, antecipar a liberação de presos.

O PLS 513/2013 estipula que, sempre que um estabelecimento penal atingir a capacidade máxima, deve promover mutirão para verificar a situação dos presos. Se, mesmo após isso, a lotação não for normalizada, deverá ser antecipada a liberdade dos detentos mais próximos do fim do cumprimento da pena.

Outras propostas são a progressão automática de regime para presos com bom comportamento que tiverem cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior, a vedação à permanência de presos provisórios em penitenciárias e o prazo de quatro anos para a extinção das carceragens em delegacias de polícia.

O texto entrou em regime



Plenário do Senado também deve analisar nesta semana projeto que regulamenta o direito de greve no serviço público

de urgência e ainda carece de parecer da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que poderá ser emitido em Plenário pelo relator, Jader Barbalho (PMDB-PA). O projeto é uma resposta do Senado à crise do sistema penitenciário. No início do ano, mais de 130 presos foram mortos em rebeliões e chacinas no país (*leia mais sobre o projeto na pág. 4*).

Contratos públicos

Também está na pauta a proposta de emenda à Constituição que proíbe a edição de medidas provisórias que alterem o equilíbrio financeiro de contratos da administração pública por meio de alterações

nas suas condições. A PEC 111/2015 deveria ter sido votada na semana passada, mas, devido a divergências entre os senadores, ganhou sessão extra de debates e agora volta à ordem do dia.

A proposta, de Renan Calheiros (PMDB-AL), também assegura a correção dos contratos caso eles sejam afetados por matérias tributárias, projetos de lei e atos do Executivo. Um exemplo de contratos administrativos são as parcerias público-privadas (PPPs).

Senadores críticos à PEC temem um engessamento do papel do Estado em nome da proteção dos interesses de empresas privadas. Já os sena-

dores favoráveis argumentam que ela criará um ambiente de maior confiabilidade para firmar contratos de investimento.

Direito de greve

O Plenário deverá voltar a analisar o requerimento de urgência para o projeto que regulamenta o direito de greve no serviço público. O PLS 710/2011 prevê que a paralisação poderá ser decretada somente após negativa do poder público de atender as reivindicações e aprovação numa assembleia. Ele também obriga a manutenção de 50%, 60% ou 80% do efetivo, dependendo da importância da prestação dos serviços.

A urgência seria votada na semana passada, mas a oposição reivindicou mais debate. Como a votação estava pausada para a quarta-feira, dia em que várias categorias profissionais deflagraram greves e protestos contra a reforma da Previdência, os senadores avaliaram que a iniciativa poderia ser vista como retaliação do Senado.

Comissões

Outras propostas poderão ser incluídas na pauta após a reunião de líderes partidários, às 11h de amanhã. Além de discutir a pauta, eles deverão chegar a uma conclusão sobre as três comissões permanentes do Senado que ainda não foram instaladas. As Comissões de Meio Ambiente (CMA), Transparência e Governança Pública (CTG) e Senado do Futuro (CSF) ainda não têm consenso quanto às presidências. Um fator que influencia a decisão é um projeto de resolução que modifica o Regimento Interno do Senado e transfere diversas atribuições da CMA para a CTG (PRS 5/2017).

Audiências avaliam MP que alterou áreas de proteção no Pará

A comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 756/2016 promove nesta semana três audiências públicas para debater o texto. A MP alterou os limites do Parque Nacional do Rio Novo e da Floresta Nacional do Jamanxim e criou a Área de Proteção Ambiental (APA) do Jamanxim, no Pará.

Essa nova APA será administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que deverá tomar as medidas necessárias para a conservação. A MP estabelece ainda que as áreas rurais ocupadas poderão ser regularizadas, respeitando-se as regras da Lei 11.952/2009, que trata da regularização

fundiária das ocupações em terras da União situadas na Amazônia Legal.

Para a primeira audiência pública, amanhã, às 14h30, foram convidados o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, o presidente do Instituto Chico Mendes, Ricardo Soavinski, o vice-governador do Pará, Zequinha Marinho, e o presidente da Assembleia Legislativa do Pará, Márcio Miranda, entre outros.

As outras duas audiências sobre a medida provisória serão feitas na quarta-feira, às 14h30, e na quinta-feira, às 9h30.

A MP 756/2016 redefiniu os limites do Parque Nacional do Rio Novo (nos

municípios de Itaituba e Novo Progresso, no Pará) e da Floresta Nacional do Jamanxim, em Novo Progresso. De acordo com o governo, o objetivo da alteração é mitigar conflitos fundiários na região.

O presidente da comissão é o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e a vice-presidente, a deputada Janete Capiberibe (PSB-AP). O relator é o deputado federal José Priante (PMDB-PA) e a relatora-revisora é a senadora Ângela Portela (PT-RR).

As audiências públicas serão transmitidas ao vivo pelo Portal e-Cidadania, por meio do qual a população também pode participar com perguntas.

Onde ficam

Parque e floresta tiveram limites redefinidos por criação de área de proteção ambiental



Comissão poderá votar mudança em apuração de área rural tributável

Um projeto de lei permite ao proprietário rural usar o Cadastro Ambiental Rural para apurar a área tributável de sua propriedade sobre a qual é calculado o Imposto Territorial Rural (ITR). O projeto está na pauta de amanhã da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde tramita em caráter terminativo, isto é, se aprovado seguirá para a Câmara dos Deputados, sem passar pelo Plenário do Senado.

Autor do PLS 640/2015, o ex-senador Donizeti Nogueira argumenta, na justificativa, que o Cadastro Ambiental é mais moderno e vinculado ao Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente. Para cálculo do ITR, são excluídas da área do imóvel rural as parcelas de preservação permanente e de reserva legal, as que não se pres-

tam à agropecuária e as declaradas como de interesse para a proteção dos ecossistemas. O relator, Paulo Rocha (PT-PA), apresentou voto favorável.

Pelas regras em vigor, essas informações devem constar do Ato Declaratório Ambiental, registro feito pelo proprietário no Ibama e hoje utilizado para o cálculo do ITR. Como as mesmas informações também deverão constar do Cadastro Ambiental Rural, o autor da proposta quer que o cadastro substitua o ato declaratório para fins de cálculo do imposto.

Como o cadastro ambiental ainda não está implantado em todo o país, sua adoção para fins de ITR será facultativa. O produtor rural poderá continuar a utilizar o Ato Declaratório Ambiental.

Projeto que proíbe uso de animais em testes de cosméticos deve ser analisado

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) reúne-se na quarta-feira, quando poderá votar o PLC 70/2014, do deputado Ricardo Izar (PP-SP), que proíbe o uso de animais em atividades de ensino, pesquisa e testes laboratoriais de cosméticos, produtos de higiene pessoal e perfumes.

O relator, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), é favorável à aprovação. Depois da CCT, o projeto vai para a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A proposta tramita em conjunto com o PLS 45/2014, de Alvaro Dias (PV-PR), e o PLS 438/2013, de Valdir Raupp (PMDB-RO).

Em seu relatório, Randolfe observa que os projetos cumprem o princípio ético de evitar maus-tratos aos ani-

mais, além de ajudar a promover as exportações brasileiras para a União Europeia e outros países que eliminaram essas práticas. Ele optou por levar adiante o PLC 70/2014 por ser mais detalhado e mais abrangente que os demais.



União Europeia proíbe testes e comércio de produtos cosméticos testados em animais

Oswaldo Afonso/Imprensa, MG



Presidiários fabricam produtos esportivos em Minas: projeto que atualiza a Lei de Execuções Penais torna trabalho obrigatório

Presos devem trabalhar, opinam 91% de internautas

Entrevistados pelo DataSenado concordam com proposta que torna obrigatório trabalho em presídios, mas discordam de aumento de salário. Projeto deve ser votado amanhã em Plenário

O TRABALHO OBRIGATÓRIO para detentos obteve 91% de aprovação em enquete feita pelo Instituto DataSenado. A pesquisa trata das modificações na Lei de Execução Penal propostas pelo Projeto de Lei do Senado (PLS) 513/2013, que deve ser votado amanhã. O instituto ouviu 1.310 pessoas entre 16 de fevereiro e 2 de março.

A enquete mostrou também que 72% dos internautas discordam da proposta em relação ao aumento da remuneração dos presos pelos trabalhos realizados. O projeto propõe que o valor passe de 75% do salário mínimo para um salário mínimo.

No que diz respeito à superlotação dos presídios, metade das pessoas que participaram

da enquete opinou que presídios lotados não devem receber novos detentos, enquanto 46% opinaram que, mesmo nessa situação, o recebimento deve ser contínuo.

Contudo, a maior parte das respostas (80%) foi contrária à possibilidade de antecipação de benefícios aos presos que estiverem em presídios com lotação além da capacidade.

A proposta

De acordo com a proposta, toda vez que o estabelecimento penal atingir a capacidade, deve ser feito mutirão carcerário para verificar a situação dos presos e eventuais liberações.

Caso, ainda assim, a lotação não seja normalizada, o detento que estiver mais

próximo de cumprir a pena terá a liberdade antecipada.

O texto também prevê incentivos fiscais para empresas que contratem egressos do sistema prisional. Sobre esse tópico, a pesquisa do DataSenado mostra que 73% dos internautas que participaram da enquete são favoráveis à concessão do incentivo fiscal às empresas, enquanto 24% se manifestaram contrários.

O projeto teve como princípios a humanização da sanção penal, a garantia dos direitos fundamentais do condenado, a busca da ressocialização do sentenciado e a desburocratização dos procedimentos relativos à execução penal.

Veja a enquete completa: <http://bit.ly/enquetePresos>

Audiência discute taxas para custear zona franca

A comissão mista que analisa a medida provisória que cria dois tributos a serem cobrados das indústrias da Zona Franca de Manaus, reúne-se amanhã, às 14h30.

A MP 757/2016 foi editada após o Supremo Tribunal Federal considerar ilegal a Taxa de Serviços Administrativos (TSA) cobrada na Zona Franca de Manaus. Para substituir a TSA, a MP cria duas taxas de serviço administrativo a serem cobradas da indústria e do comércio para custeio das atividades da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

A MP também estabelece que a importação de mercadorias estrangeiras ou a entrada de produtos procedentes do território nacional na Zona Franca de Manaus, nas áreas de livre comércio ou na Amazônia Ocidental deverá ser licenciada ou registrada pela Suframa.

Representantes do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), da Federação do Comércio do Estado do Amazonas (Fecomércio-AM), da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam) e da Suframa devem participar da audiência.



Gabinete Senadora Marta Suplicy

A jornalista Tati Bernardi recebe da senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) o Diploma Bertha Lutz, que o Senado anualmente concede a pessoas que se destacam na luta pelos direitos das mulheres. As outras quatro homenageadas receberam o diploma no dia 8 (Dia Internacional da Mulher), numa sessão solene no Plenário do Senado, mas Tati não pôde comparecer.

Comissão inicia hoje ciclo de debates para avaliar reformas

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) dá início hoje a um ciclo de debates sobre as propostas de reforma previdenciária e trabalhista, que foram elaboradas pelo Executivo e estão em análise no Congresso.

Hoje, a partir das 9h, os senadores ouvirão representantes de entidades ligadas ao setor trabalhista. Devem participar do debate representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e do Ministério Público do Trabalho.

Também foram convidados o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Ângelo Costa, e o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Carlos Silva.

Amanhã o foco do debate será voltado para as mudanças na Previdência. Na audiência pública, marcada para as 9h, os parlamenta-

res ouvirão o presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), João Domingos Santos; o presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip), Vilson Romero; e o presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), Charles Alcantara, entre outros.

Preocupação

O ciclo de debates foi proposto pelo senador Paulo Paim (PT-RS), que é radicalmente contra os projetos de reforma, pois, em sua opinião, retiram direitos dos trabalhadores.

— Essa questão da reforma da Previdência não é partidária, não é ideológica, é uma preocupação que todos nós temos — ressaltou Paim.

As reuniões, que são abertas ao público, acontecem na sala 6 da Ala Senador Nilo Coelho.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela



Lia de Paula/Agência Senado

Abriço para crianças em Brasília: adoção poderá ser facilitada por projeto

Proposta flexibiliza regra de diferença de idade para adoção

Está na pauta da Comissão de Direitos Humanos (CDH) projeto que busca facilitar o processo de adoção. A proposta altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para estabelecer que apenas um dos membros do casal adotante cumpra a exigência de ser 16 anos mais velho que o menor a ser adotado. Hoje os dois cônjuges têm que cumprir essa exigência. A reunião da CDH será na quarta-feira.

Para o ex-senador Vital do Rêgo, autor do PLS 531/2013, a restrição é louvável porque busca garantir à nova família uma composição etária similar à de uma família biológica. A regra, no entanto, é rígida, porque muitas vezes apenas um dos cônjuges atende ao requisito. A norma proposta pelo senador está amparada em decisões judiciais.

O autor argumenta que, nesses casos, deve ser permitida a adoção, dando-se margem ao juiz para avaliar, em cada caso, se existe risco para o adotando.

O relator do projeto, Magno Malta (PR-ES), fez apenas emendas de redação. O texto será analisado em decisão final: se for aprovado, poderá seguir diretamente para a Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para que seja votado pelo Plenário do Senado.

Também estão na pauta da CDH o projeto que torna obrigatório o atendimento de itens de acessibilidade no Programa Minha Casa, Minha Vida (PLS 650/2011) e o que permite a pessoas com outros tipos de deficiência, além da visual, entrar com cães-guia em locais públicos e de uso coletivo (PLS 411/2015).